



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ELY TERUEL

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 10 de Outubro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens
- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada

21426

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Boa noite a todos. Primeiramente, agradeço a presença de todas as pessoas, em especial os aprovados no último concurso para Agente Fiscal de Posturas. Farei a abertura oficial da audiência e, depois, comporemos a Mesa, pois, dentro do rito da Câmara, é necessário fazer essa abertura oficial.

Na qualidade de membro da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher e com a presença dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras: Amanda Paschoal, Hélio Rodrigues, Ely Teruel, Luana Alves, Roberto Tripoli, Rute Costa e Simone Ganem, declaro abertos os trabalhos da 10ª Audiência Pública semipresencial do ano de 2025, nos termos do Requerimento 12/2025, de autoria da Vereadora Luana Alves, convocada para hoje para discutir o tema da convocação dos agentes fiscais de postura.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, em Auditórios Online, no *link* Auditório Virtual, e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

Foram convidados para participar desta audiência os Srs. e as Sras.: Enrico Misasi, Secretário-Chefe da Casa Civil; Marcela Arruda, Secretária Municipal de Gestão; Roberto Luis de Oliveira Pimentel, Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado de São Paulo; Karyna Mori, do Ministério Público de São Paulo; Mario Roberto Fortunato, Sindicato dos Fiscais de Posturas Municipais, Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo - Sevim; Alexandre Soares da Silva Domingos e Luciano Miranda Leite, ambos representantes dos aprovados no concurso.

Feita a abertura formal, que é importante para oficializarmos nossa audiência, além de mais uma vez agradecer a presença de todos, reitero que a audiência é um passo de uma luta que está sendo muito mais longa do que deveria.

Estava comentando há pouco, pela Rede Câmara SP, sobre a necessidade da convocação dos profissionais aprovados que não é só uma necessidade dos aprovados, mas uma necessidade do Município.

Enquanto Vereadores, temos a responsabilidade de circular por esta cidade, que é

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 2 DE 34

do tamanho de um país, e ver, em cada canto de São Paulo, a quantidade de problemas que temos e como o Poder Público pode ter soluções, independentemente da área, seja habitação, transporte, poluição, comércio irregular. Enfim, todos os elementos complexos que existem no Município e para os quais sabemos que precisam de política pública. Com isso, percebemos que não é possível ao Poder Público atuar sem ter um determinado profissional, que é justamente o Agente Fiscal de Posturas. Isso é muito importante, inclusive para evitar que algumas políticas públicas tornem-se inadequadas ou mesmo abusivas. Aliás, darei um exemplo contando o que passei ontem.

Estava no Brás, que pertence a uma região conhecida pelo chamado comércio irregular, sobre o qual até tenho outra concepção, pois acredito serem trabalhadores que ainda precisam de regularização, e o que vi foram apreensões feitas de forma, na minha opinião, inadequada. E digo mais: achei inadequada, mas fui informada depois que, para a média da região, foi uma abordagem muito respeitosa por conta da minha presença ali. Achei ruim, mas, aparentemente, tem sido muito pior.

E digo pior, pois quem fez essa abordagem foram alguns profissionais terceirizados das subprefeituras, portanto, pessoas que não tiveram nem a capacitação para fazer esse trabalho de apreensão de uma mercadoria irregular, e também alguns agentes da GCM, que têm diversas funções na área de segurança pública e não exatamente uma formação das posturas municipais. O que não havia naquela apreensão? Não tinha um agente. Que fosse apenas um. Não havia.

Isso tem se repetido sistematicamente no Município. Dei um exemplo, mas temos, na cidade inteira, a falta desse profissional nas subprefeituras e nas diversas secretarias. Isso não é uma conversa, senhoras e senhores, da Vereadora de Oposição, porque, muitas vezes, é interpretado dessa maneira. Isso é algo que falam os próprios subprefeitos, que são, inclusive, alinhados com o Prefeito Ricardo Nunes.

Aliás, dizem que falta esse profissional para que eles próprios consigam atuar na cidade, para que os profissionais das subprefeituras consigam estar presentes nas localidades

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 3 DE 34

e multarem quando necessário. Ou nem apenas multas, mas regularizar, orientar. Ser aquele que esteja na ponta desta cidade, que é extremamente complexa e, assim, conseguir lidar com as questões. Então falta esse profissional, o qual tem de ser preparado justamente para lidar com situações potencialmente conflituosas, complicadas, complexas e contraditórias. Portanto, é necessário ter esse profissional que passou pelo concurso.

Há cerca de um ano, temos atuado e batalhado para que esse concurso tenha o máximo de convocados possível. Dizemos isso porque demorou muito para acontecer esse concurso. Passamos décadas sem um concurso para esse profissional, o que significa que a defasagem está gigante. Atualmente, temos muito menos agentes do que tínhamos há dez anos. E essa defasagem se reflete nos problemas da cidade. Por isso, é importante que consigamos ter o máximo de convocados possível, porque não sabemos quando virá o próximo concurso.

Esse concurso vence em fevereiro, ou seja, temos um prazo limitado para conseguir mobilizar a Prefeitura para efetuar as contratações. A gestão municipal tem reclamado de falta de recurso, o que me deixa muito indignada. Primeiro porque, no começo do ano passado, o Município registrava seu maior caixa da história. Da história. E digo isso, não só corrigido pela inflação, mas havia um nível de superávit muito alto. Mesmo com a correção inflacionária, era muito alto.

Essa gordura, digamos assim, esse recurso foi torrado em um ano eleitoral, sem o devido planejamento. Não sou contra gastar recurso público, pelo amor de Deus. Não estou aqui para dizer que o Estado deve ser um banco que guarda dinheiro. Tem de usar sim e transformar esse recurso em direitos para a população. Não é para ficar guardando. Agora, tem de ser de forma planejada e, principalmente, não é para represar durante três anos para, no último ano, jogar em obras sem nenhum sentido, como, por exemplo, utilizar em um recapeamento gigantesco. Na verdade, outro programa, esse de recapeamento, também mal planejado, na minha opinião, e não prioritário da cidade, enquanto que se tem necessidade de profissionais, como é o caso de vocês, que precisam estar nas ruas, incorporados na máquina pública.

Essa situação de necessidade em chamar os aprovados se repete em diversas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 4 DE 34

áreas. Recentemente estive com o Secretário da Fazenda para debater esse assunto e falamos de outro concurso, o da educação infantil, em que também estamos com muitos colegas aprovados para escolas que estão precisando, urgentemente, de Agente Escolar e de Professor de Educação Infantil. Entretanto, o que o Secretário da Fazenda expôs foi um cenário quase que apocalíptico de falta de dinheiro, fato que me deixou bastante indignada.

Ao mesmo tempo, o Prefeito apresentou uma proposta que, infelizmente, foi aprovada nesta semana, há alguns dias: o aumento abusivo de IPTU para bairros periféricos. Não estou falando de um aumento justo de IPTU. Não sou contra aumentar o IPTU para determinadas regiões, acho mesmo que tem de ser elevado. Inclusive, acho que tem de ter uma faixa adicional de IPTU para milionários. E por que estou falando sobre isso? Porque é uma Prefeitura que apresenta políticas bastante agressivas em termos de tributação para a classe baixa e para a classe média, porém, paralelamente, não nos dá um prazo.

Ora, se a Prefeitura estava planejando um aumento massivo de IPTU e isso vai entrar no planejamento orçamentário, então, qual o problema de nos dar um calendário de chamamento dos últimos concursos? Seria óbvio se já se sabe que esse recurso vai chegar. Então é uma questão de vontade política.

Estou apontando tudo isso, inclusive, considerando que sabemos da importância de ser ter o orçamento, mas já está previsto um aumento de arrecadação. O que vai acontecer com esse aumento? É para represar? Guardar para daqui a três anos? Qual é o plano? Ou é realmente para fazer um investimento planejado, dentro do que é urgente no Município, sendo que uma das maiores urgências é chamar, evidentemente, todos os aprovados, já que os concursos vencerão no início do próximo ano. Isso é urgente para a cidade.

Feitas essas considerações, passarei a palavra para alguns dos presentes. Antes, gostaria de confirmar e peço que me ajude, a assessoria da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Tem algum representante do Executivo de forma *on-line*? (Pausa) Se tiver alguém, peço a gentileza de se manifestar. E caso chegue ainda em tempo da audiência, terá direito à fala. De toda forma, esta é uma audiência oficial da Câmara Municipal de São Paulo,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 5 DE 34

estará registrada e vai ser enviada para o Executivo. Espero que alguém do Executivo possa se apresentar e, se sim, terá todo o direito à fala. Não só o direito, mas o dever de falar.

Neste momento, para compor a Mesa, chamarei alguns representantes muito importantes desta luta, pessoas que estão há muito tempo na batalha, muitos que expressam aqueles que não conseguem estar presentes, justamente, outras tantas vezes pela demora da Prefeitura e, por isso, têm de focar suas vidas em outros afazeres, pensar no seu próximo trabalho, pensar como sustentará sua família, porque não dá para ficar esperando um prazo e a Prefeitura não providencia mesmo.

Vou chamar algumas pessoas (Pausa) Por favor, venham compor a Mesa, Mario Roberto Fortunato, representante do Savim; Alexandre Soares da Silva Domingos, também conhecido como Alex, e o Luciano Miranda Leite, ambos representantes dos aprovados. (Palmas)

Aproveito este momento para agradecer a todas as pessoas que estão de forma *online*. Observei que há muitos cidadãos no *chat* da reunião e também estão nos assistindo pela Rede Câmara SP.

Antes de passar a palavra aos meus colegas da Mesa, quero fazer um pedido que sempre faço para quem está nessa luta, nessa batalha, que é conseguir um cronograma de chamamento por esta Prefeitura. O Município precisa de vocês. Imagino que, muitas vezes, batam em vocês a vontade de dizer: “Bom, vou resolver minha vida, vou para outro canto”. E, claro, isso é extremamente compreensível, mas meu pedido é para que, por mais que vocês façam outros rearranjos na vida envolvendo as questões financeiras e de trabalho, que sigam acompanhando essa batalha, que sigam acompanhando essa luta. Demora muito tempo mesmo, muitas vezes. Não é incomum que façamos, inclusive, mais de uma prorrogação na validade dos concursos. Por isso, repito meu pedido, e não para que paralisem suas vidas ao esperar o cronograma de chamamento do Prefeito, até porque não seria justo, mas para que sigam acompanhando essa batalha no contínuo olhar do grupo, verificando quem está à frente, indo às reuniões, pressionando o Prefeito e os Secretários.

Essa pressão é muito importante não só, obviamente, para a carreira de todos os interessados, mas igualmente para a cidade de São Paulo. Esse chamamento é fundamental para o Município e para os munícipes que pagam muitos impostos e querem ter os seus direitos revertidos. A população tem esse direito, tem o direito a uma estrutura municipal que atenda às suas necessidades. E o Agente Fiscal de Postura é parte dessa estrutura de garantia de direitos para a população de São Paulo. Ser Agente Fiscal de Postura também é garantir os direitos do bem comum, do bem coletivo para a cidade.

Posto isso, passo a palavra ao representante do Savim, Mario Roberto.

O SR. MARIO ROBERTO FORTUNATO - Boa noite a todos. Primeiro, gostaria de agradecer à Vereadora Luana, porque é uma companheira nossa, ela que briga muito por nós e nos deu uma força tremenda na reestruturação da carreira que aconteceu há pouco, em 2023, com um bom aumento de salário e uma estrutura melhor.

Pudemos contar com o PSOL em geral e, em especial com os Vereadores Luana Alves e o Professor Toninho Vespoli, que deram toda a força para segurar o processo e, assim, conseguimos melhorar muito aquela que era a proposta inicial da Gestão.

Sinto-me até meio envergonhado, porque o que falaria, a Luana já disse brilhantemente. Nós, fiscais, somos os agentes controladores, digamos assim, os agentes de controle da cidade.

Os Vereadores fazem as leis para gerir a cidade, para que as pessoas tenham um bom nível de vida, por isso eles brigam por essas leis. Quando essas leis são promulgadas, elas têm que ser cumpridas. Não é que ela é aprovada e todo mundo sai cumprindo, tipo: “Nossa Senhora, vamos cumprir essa lei”. Na verdade, alguém tem de fazer essa lei ser cumprida, tem de chegar e orientar a pessoa, falar que a lei existe.

E nós somos aqueles que trabalham na inter-relação das pessoas, trabalhamos para uma cidade melhor. Nossa função é dar o atendimento de excelência ao cidadão. O cidadão merece esse atendimento de excelência.

Quando a pessoa tem qualquer dificuldade, ela tem de ser atendida. O nosso objetivo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 7 DE 34

é, com o chamamento de mais profissionais, chegar ao atendimento de, no máximo, três dias. Imaginem isso: o cidadão faz uma reclamação e, em três dias, atendemos.

Vejam, atualmente, o prazo de atendimento pelo número 156, chega a ser de 6 a 7 meses, ou até mais, às vezes, o indivíduo espera um ano para ser atendido. É uma cidade justa? Uma cidade digna? O cidadão está sendo respeitado? Acho que não. Chega a doer quando não consigo atender.

A frase que mais me doía ao atender um cidadão — já estou aposentado —, era justamente quando chegava no local do pedido e a pessoa dizia: “Mas só agora você veio? Fiz essa reclamação há cinco meses”.

Sabem, vocês sentem quando dói no coração? Temos de atender rápido. Temos de atender com eficácia e atender bem a pessoa.

Quando não atendemos, esgarça nosso sentido. Aí entra a pauta da segurança pública, da falta de controle da cidade, e a nossa luta é justamente essa, não é corporativista. Evidentemente, queremos o melhor para a carreira, mas, é além de querer o melhor para a carreira. É querer o melhor para a população. É a população, o cidadão, nosso objetivo final. Temos de atender com excelência, com presteza, com ética, com urbanidade. Temos que fazer o máximo. A nossa luta é longa, como foi dito.

Para se ter uma ideia, e faço um agradecimento à Claret, presente também nesta audiência, ela que entrou no Ministério Público na época em que era Presidente do sindicato, em 2014, e já estávamos denunciando a precariedade da fiscalização justamente para requerer mais concursos públicos. Isso em 2014. Olhem a briga.

Em 2019, fizemos um Termo de Ajuste de Conduta para 350 fiscais, no concurso. Tinha verba para os 350. Por conta da pandemia, parou tudo, deram desculpas, mas nós não aceitamos. Em 2021, ingressamos junto ao Tribunal de Contas denunciando: “Olha, não é porque teve a pandemia que não haverá concurso. Está previsto, existe uma legislação”. O Tribunal de Contas acatou, mas a Gestão da Prefeitura falou: “Não. Faremos para 175 pessoas”. Ou seja, naquela época, em 2021, nós estávamos em apenas 300, quase 400 fiscais, e isso para um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 8 DE 34

quadro necessário de 1,2 mil.

Então estávamos com 300, e quando fizeram o concurso, houve o chamamento, numa primeira leva, de mais de 250. E atualmente, entre o pessoal novo e o pessoal antigo somos uns 500 fiscais. (Pausa) São 490 ou 499, algo assim. Esse é um dado recente, de julho de 2025. Só que, desses 499, há 91 com abono permanência. Isso quer dizer que, daqui a dois anos, esse pessoal vai se aposentar, pois já tem o tempo necessário, e voltaremos à situação em que estávamos em 2021, a continuar não chamando os concursados que aguardam na lista, que são em torno de 300. Não tenho os números exatos, mas é aproximadamente esse.

Imaginem como está o atendimento à população. Ela é atendida com dignidade? Vocês acham que podemos fazer um bom serviço?

E, como a Vereadora Luana falou, muitas vezes, as situações se desagregam de tal forma, por exemplo, porque a GCM está cuidando dos ambulantes? Porque não tem fiscal. Não tem como nós atendermos. Ou atendemos os ambulantes ou fazemos outro trabalho. Não tem pessoal suficiente, não tem estrutura. É simples assim: além de não ter pessoal suficiente, tampouco há estrutura.

Vou dar um exemplo prático. Na Sé, pediram uns 50 fiscais, foram para lá 25. E, para eles, há um carro e meio. É sério, há um carro da fiscalização e outro que eles usam compartilhando. Têm só 12 ou 13 computadores. Como vão fazer o trabalho? Vamos fazendo. Melhorou muito com o pessoal novo, quero dizer, antigamente eram 7 ou 8 para 25, então, melhorou muito, mas ainda assim não dá. E isso na Subprefeitura da Sé, que é uma das principais, ela que é a vitrine de São Paulo.

Conversei hoje com o pessoal da Divisão de Fiscalização. Disseram-me que há 15 mil pedidos de passeios e de limpeza, todos parados na cidade. É absurdo. E, de novo, estou exemplificando com a Sé, que é um dos lugares que mais tem pessoas nesta audiência. Quer dizer, conversei com o pessoal da Sé. Mas só para não me alongar muito mais.

Entraram 500 mil, quase 600 mil reclamações, no ano passado. Dessa demanda, conseguiram atender 400 mil ainda que com poucos fiscais. Mas sobraram 200 mil que vão se

acumular neste ano. Olha o que vai acontecer.

Então é urgente a contratação dos 300. Contratar todos, por quê? Porque nós temos uma janela de oportunidades. Tem que ser agora, chamar todo mundo. Daqui a dois, três anos, a gente vai precisar de 80, 90. Se deixarem, se não chamarem agora, daqui a dois, três anos, a gente vai precisar de 200 de novo. Isso, para mim, é desperdício de dinheiro público. Eles fizeram concurso, contrataram uma...

Tem uma regra na economia que diz que, como os recursos são escassos, a gente tem que escolher prioridades, correto? Qual é a prioridade da Gestão? Se não é atender a população, se não é atender o cidadão, eu não sei qual é a prioridade. Realmente eu acho que nós temos que fazer escolhas. Eu acho que o Prefeito tem que fazer escolhas, mas qual a escolha dele? É asfaltar rua ou atender a periferia, o cidadão que está lá na periferia? Está sem limpeza, o esgoto está sendo lançado na rua, o carro que está abandonado. Enfim, a gente tem 800 posturas aqui. Não vou nem citar todas, correto? Então a gente tem obrigação de atender.

Vou encerrar, de novo agradecendo à Vereadora, agradecendo a esta Casa que nos acolhe e nos recebe. E vamos brigar para ver se o Prefeito, se alguém da Gestão nos escuta, porque nós cansamos de pedir. Conseguimos um concurso para 175, aumentaram para 200. Já chamaram mais ou menos perto de 200, quase 300, quer dizer, quase dobramos o número inicial. A briga vai continuar e a gente vai até fevereiro. Até fevereiro a gente vai brigar e não vamos desistir depois de fevereiro também.

Obrigado, Luana.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Eu que agradeço, Mario. Eu também acho que é muito importante reconhecer o papel do Savim, do Sindicato, desde 2014, de ter ido para o Ministério Público, depois para o Tribunal de Contas do Município, porque esse concurso é bem um exemplo de um concurso que não aconteceria se não tivesse tido esse tipo de ação do Sindicato. A Prefeitura foi forçada a fazer um acordo com o Ministério Público. Então a luta de vocês é essencial e acho que o exemplo que você deu mostra como muita coisa é de longo prazo. É isso. Em 2014, foi acionado o Ministério Público, isso demora, mas o que importa é essa

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 10 DE 34

perseverança, porque de fato, a situação está melhor do que estava antes, mas pior do que era há dez anos. Eu acho que a coisa é um pouco essa.

Vou passar para o Alex. Lembro a todos que as inscrições estão abertas com o Paulo. Quem estiver *on-line* pode também pedir para se inscrever, pode mandar no *chat*, que eu vi que algumas pessoas estão *on-line*. Eu vou passar para o Alex, e quem quiser, vai até o Paulo para se inscrever.

O SR. ALEXANDRE SOARES DA SILVA DOMINGOS - Boa noite a todos. Sou o Alex, um dos aprovados no concurso para fiscal também.

Agradeço à Vereadora Luana, parceira que tem nos ajudado. Agradeço também ao Mario, que também tem dado um suporte para a gente prosseguir e lutar.

Sobre a carreira de Fiscal de Posturas, quando saiu o concurso, em 2023, uma das motivações para nós, concursados, era que havia muitas vagas em aberto. Em 2023, o déficit já estava em cerca de 62%, um déficit de quase 800 fiscais. Beleza, a gente fez o concurso e foram abertas 175 vagas. A gente achou: “Bom, são 175 vagas, mas o déficit é de mais de 800. Vão chamar todo mundo, por que não”? Apesar de terem sido aprovados 669, passou o tempo, o Prefeito chamou 251 pessoas e a gente continua no aguardo, e todo dia saindo reportagem. Todo dia sai uma reportagem: é uma construção irregular, prédio que foi construído sem alvará, é a situação da dengue. Mas o que a dengue tem a ver com fiscal de postura? Tem tudo a ver, porque aquele terreno, pessoal, que está sem manutenção, com mato alto, aquilo vai gerar dengue. E quem vai falar ou que vai intimar o proprietário para limpar, para fazer a limpeza daquele terreno? É o fiscal de postura.

Então a questão do fiscal de postura está ligada, inclusive, à segurança pública, porque, aquele muro, aquele terreno baldio com muro quebrado, se o fiscal de postura não for intimar o proprietário para que ele erga o muro, aquilo ali vai virar uma situação de possível crime. Ali, o pessoal pode se esconder para usar droga ou para cometer outros tipos de delito. A fiscalização de postura está interligada com a questão da saúde, da segurança e da acessibilidade. Aquela calçada que, de repente, a pessoa com deficiência não consegue transitar

porque está quebrada ou danificada, é o fiscal de postura que vai fiscalizar e intimar o proprietário para que faça a manutenção.

Então vimos a necessidade, todo dia uma reportagem atrás da outra, e começamos a pensar em acionar o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Foi daí que nasceu a instauração de um inquérito. Fizemos a denúncia, pegamos reportagens, inclusive a própria Administração reconhece que faltam fiscais. Há diversas manifestações da própria Administração afirmando que a situação é precária, que faltam fiscais. Para terem uma ideia, na Subprefeitura de Aricanduva, dos nove fiscais que estão lá, sete estão em situação de abono permanência. Então se esses fiscais se aposentarem hoje, ficarão apenas dois fiscais na Subprefeitura de Aricanduva.

Sobre a questão do orçamento, que a Vereadora tocou, a receita líquida do município de São Paulo é de 97 bilhões de reais. Hoje, se o Prefeito convocasse em torno de 300 fiscais, isso representaria 0,03% da receita líquida do município.

Temos uns *slides* que falam sobre o concurso. Poderia passar para a gente, por gentileza.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ALEXANDRE SOARES DA SILVA DOMINGOS - O concurso foi realizado em 2023, 12 mil inscritos e 669 candidatos aprovados.

Aí, fala do Tribunal de Contas. Realmente, como o Mario falou, o concurso aconteceu porque o Tribunal de Contas pediu, praticamente determinou que a Prefeitura abrisse o concurso. Na época, inclusive, a auditoria Extraplano do Tribunal de Contas se manifestou, falou que a situação da fiscalização em São Paulo era crítica, palavras da Auditoria do Tribunal de Contas.

A Prefeitura possui essa capacidade financeira, como já falado, 97,8 bilhões de receita líquida, a contratação de 300 fiscais representaria em torno de 0,03% dessa receita.

Alguns outros dados que tenho, gostaria de compartilhar com vocês. Atualmente, o Dr. Roberto Luís de Oliveira Pimentel, Promotor que faz parte de Urbanismo, tem com ele 72 inquéritos, dezenas desses inquéritos tratam a respeito de fiscalização. Um dos inquéritos sob a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 13

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 12 DE 34

responsabilidade desse Promotor é sobre a fiscalização de atividade. Então ele constantemente cobra a fiscalização de atividade.

Tivemos, inclusive, acho que nesta semana, uma situação em que houve um incêndio e faltou... porque é fácil vir algum Vereador atacar a fiscalização, para que fiscalização, para que PSIU, mas ele precisa adentrar para saber qual é realmente a situação da fiscalização. Vir aqui e falar mal do Presidente do Sindicato ou do PSIU é muito fácil. Agora, é preciso saber qual é a estrutura que a fiscalização realmente tem. Por exemplo, a Subprefeitura de Aricanduva é uma Subprefeitura muito importante e só tem nove fiscais.

São Paulo, em 2017, tinha 56 mil demandas por fiscalização e 372 fiscais. Em 2018, chegou a 151 mil demandas por fiscalização, e continuou com 372 fiscais. Então, de 56 mil em 2017, pulamos para 151 mil demandas. Quando o concurso foi realizado, em 2002, a última vez que foi realizado, sem ser esse de 2023, o concurso foi feito para 700 fiscais. E agora, em 2023, na época que foi feito o concurso, abriram 175 vagas. Em 2002, a gente não tinha a questão da internet. Hoje temos internet, a população está muito mais engajada nessa situação.

Então, em 2018, a gente tinha 151 mil demandas, 372 fiscais. Em julho de 2024, foram cerca de 102 mil demandas, foi quando entraram os concursados, e chegamos a 501 fiscais. Hoje, em abril, o último levantamento que tenho, em abril de 2025, a gente tem 130 mil demandas em aberto, e 492 fiscais. Porém, desses 492, 445 estão em efetivo serviço de campo. São 445 *tablets* registrados no STF. Então são 445 fiscais que realmente estão em serviço de campo.

Para vocês terem uma ideia, em Campo Limpo, o quadro atual é de 11 fiscais. Aliás, foi um pedido de informação da Vereadora para saber a quantidade de fiscais que cada subprefeitura tinha, se aquele quadro era suficiente e qual seria o quadro ideal. Campo Limpo respondeu para a Vereadora, na época, que o quadro atual de 11 fiscais não era suficiente e que seriam necessários 22.

A Subprefeitura de Aricanduva, como eu falei, possui nove fiscais, dos quais sete estão em abono permanência. A quantidade não é suficiente e seriam necessários 16. A

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 13 DE 34

Subprefeitura da Sé, o quadro atual, na época em que a senhora fez o pedido, eram 27 fiscais. A quantidade não era suficiente e, segundo o chefe de fiscalização, o quadro ideal seria de 60 fiscais de postura. Bom, com isso encerro a minha fala. Quero agradecer mais uma vez à Vereadora, aos presentes e ao pessoal *on-line*.

Muito obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Eu que agradeço, Alex, obrigada. Vou chamar agora outro representante dos aprovados, o Luciano. Luciano, está contigo a palavra.

O SR. LUCIANO MIRANDA LEITE - Boa noite a todos. Primeiramente, agradeço a Deus por esta oportunidade. Agradeço a minha esposa, ali presente, e a minha filha pela luta, a gente sabe que não é fácil. Se meu pai estiver vendo, no Rio de Janeiro, agradeço a ele também pela força. Nesta caminhada, não estamos sozinhos. Agradeço, logicamente, à Vereadora por essa força que tem nos dado, e à Joyce.

Quero relatar, nem todo mundo sabe, no dia 02 de agosto do ano passado, fomos ao prédio da Prefeitura com a Vereadora e a Joyce. A gente não tinha horário marcado, fomos com a cara e a coragem. Conseguimos um horário lá, acho que era na Gestão, no andar da Gestão. Fomos recebidos, porém com aquelas evasivas de sempre: "Não sabemos, não temos certeza". Ano passado ainda era ano eleitoral. Mas a gente confirmou que era aquilo, fazendo a comparação com outros concursos, como o da GCM. Então, o pessoal falou que não dava para chamar naquele porque era ano eleitoral, mas a GCM foi chamada. Então a questão é vontade.

Após as falas tão excelentes da Vereadora e do Alex, fica difícil falar alguma coisa. Então, só quero complementar. Ontem mesmo, por exemplo, vi uma reportagem no *Balanço Geral*, da Record, sobre descarte irregular de lixo em Cidade Ademar, na Subprefeitura de Cidade Ademar. O pessoal estava reclamando da demora. A gente sabe como acontece. E por conta da presença da imprensa, foram lá na mesma tarde. O repórter esteve lá de manhã e, à tarde, eles estiveram lá fazendo o serviço. Esse não é o ideal, como o Mario falou. O ideal é que o cidadão seja respeitado, seja bem tratado. Se ele ligar no 156, que seja prontamente atendido, que se dê um prazo razoável. Razoabilidade não deveria ser uma qualidade, deveria ser uma

obrigação do serviço público.

Queria falar também, dar alguns números. Esse quadro de agentes vistores foi criado em 1986 pelo então Prefeito Jânio Quadros. Essa lei preconizava a contratação de 1.200 profissionais. Hoje, quase quarenta anos, 39 anos depois, nós temos na ativa 492, conforme os colegas puderam explanar. Imagina, é uma curva descendente do número de fiscais e uma curva totalmente ascendente para a população, uma curva totalmente ascendente para o número de demandas. Há tecnologia, o 156 consegue aproximar e conseguiria agilizar esse serviço, mas, por conta dessa falta de fiscalização, da falta de pessoas, do olhar do fiscal na rua, o 156 acaba não sendo totalmente efetivo. A lei que o Vereador aprova aqui, para ser implementada na rua, na cidade, acaba não sendo implementada de forma satisfatória.

Então, por isso, não quero me estender muito. Já foi falado da quantidade de gente em abono permanência. Acho importante que se chamem todos prontamente, até por questão de compartilhamento de experiência. Esse pessoal que está saindo agora tem muito a passar para a gente. Seria importante chamar esse pessoal o quanto antes, até porque, como já foi falado, o concurso vence em fevereiro. Não há muito tempo. Como falei, em 02 de agosto de 2024, nós estivemos na Gestão, eu, a Joyce e a Vereadora Luana. Ficaram de dar algum retorno para a gente. Estamos em outubro de 2025, e não tivemos nada até agora. Tivemos um chamado de remanescentes, que foram 20 pessoas.

Também gostaria de frisar, quanto mais o tempo passa o número de faltosos e de desistentes tende a aumentar. Desses 20, parece que somente 11 - o pessoal pode confirmar - tomaram posse. Praticamente 50% de desistência. Se chamarem todos esses 300 e poucos que faltam, acredito que nem a metade vai tomar posse. Então seria importante fazer esse chamamento logo para aproveitar a experiência do pessoal que está saindo e poder tornar eficiente. A eficiência, afinal, é um dos mandamentos da Constituição, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Não dá para fazer o serviço só com câmera na rua. É importante... Por exemplo, o Smart Sampa, lógico, a gente sabe que é um grande avanço, mas a câmera não vai descer do

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 15 DE 34

poste e olhar a casa de ninguém, se o mato está alto, se tem foco de dengue.

É isso, acho que já foi falado muito. A questão minha mesmo é agradecer a oportunidade de termos chegado até aqui. Acho que esse é o auge.

Tivemos a reportagem da Globo, no *SPTV 1*, em maio, que foi uma grande oportunidade também, mas passou batido. Nós até observamos, pois temos um grupo dos aprovados e, no dia da reportagem, a quantidade de andamentos que deu o processo naquela data; mas, depois disso, essa memória se esvai, vai com o vento. Então, essa oportunidade é única.

Eu quero agradecer novamente por termos chegado até aqui. Dá um frio na barriga, vamos abrir o jogo, mas nós queremos o melhor para a cidade e para as nossas famílias.

Agradeço imensamente a nossa família e a Sra. Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sr. Luciano. Eu entendo o frio na barriga, mas esta é a Casa do Povo, é um espaço bancado com dinheiro público e é importante que você se sinta à vontade aqui, porque isto aqui é pago pelo dinheiro da população de São Paulo.

Anuncio a presença da assessoria do Vereador Nabil Bonduki. Obrigada. É muito importante, gente, que o máximo de Vereadores, de Parlamentares, se envolva nessa luta, porque a Câmara funciona por maioria, não por minoria. Então esse trabalho com outros Parlamentares é muito importante.

Lembrando, gente, que quem estiver *on-line* também pode se inscrever para falar.

Tem a palavra a Sra. Claret Fortunato, do Savim, agente fiscal de postura. Por favor, querida. E venham se inscrever, viu? Sem vergonha, venham aqui.

A SRA. CLARET FORTUNATO – Boa noite a todos. Obrigada, Vereadora Luana, por esta oportunidade. Eu sou Claret Fortunato, fui fiscal de postura por 32 anos e Presidente do Savim também. Hoje eu faço parte da Associação Nacional dos Fiscais de Atividades Urbanas e da Federação Nacional dos Fiscais e Auditores Fiscais de Atividades Urbanas.

Eu só queria chamar a atenção da Vereadora porque, além de tudo isso que foi

falado, a falta de fiscalização na cidade é absurda. O processo se iniciou em 2014, quando nós demos entrada, mas eu queria lembrar que o concurso anterior foi de 2004, foi o concurso que a Marta fez, que também foi obrigada a fazer, não foi por livre e espontânea vontade.

Ocorreu um problema sério na limpeza e a Prefeitura foi obrigada a fazer um concurso em 2004. Então, em 2014, quando assumimos o Sindicato, nós entramos com o pedido. Primeiro, tentamos administrativamente, mas não deu certo e fomos ao Ministério Público.

Mas o que eu queria chamar a atenção é que, além da arrecadação que foi falada, existe a cobrança obrigatória da Taxa de Fiscalização e Funcionamento e da Taxa de Fiscalização de Anúncio. Todo estabelecimento é obrigado a pagar essa taxa. Nós sabemos que, para que se cobre uma taxa é preciso ter o fato gerador, e o fato gerador dessa taxa é o trabalho de vocês, é o trabalho que vocês vão fazer.

E esse dinheiro que deveria ser destinado à fiscalização vai para o caixa geral da Prefeitura. Então, eu não sei como poderíamos ver isso, Vereadora, mas é um caso sério. Há um dinheiro destinado que é cobrado de todo o comércio, indústria e serviço para que haja uma fiscalização, só que não há essa fiscalização adequada.

Então, precisávamos ver como podemos, judicial ou administrativamente, tentar cobrar. Nós até tentamos cobrar, mas a Prefeitura se faz de rogada. Houve uma tentativa, na época do Prefeito Haddad, de fazer uso desse dinheiro para a fiscalização, mas não aconteceu. Então, isso é muito importante. A Prefeitura arrecada muito e arrecada uma verba específica para fiscalização.

Portanto, Vereadora, se nós conseguíssemos ver isso, mataria um pouco com as desculpas dos prefeitos de não oferecerem para a cidade uma fiscalização adequada. A nossa função é nobre, é de ordenamento da cidade. Como foi falado aqui, de nada adianta ter tanta legislação se essa legislação não é aplicada na cidade. E não é para aplicar para dar multa, para arrecadar, é principalmente para orientar, que o cidadão bem orientado, sabendo do que lhe é imposto pela legislação, vai agir corretamente.

Muitas das infrações são cometidas por ignorância, porque quem vai ficar lendo o

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 17 DE 34

Diário Oficial para saber se foi aprovada uma lei ou não? Nós, que estamos na ponta, é que levamos isso para a população: o que se tem que fazer para viver em comunidade.

O nosso último recurso deveria ser a autuação. Eu acho que cada autuação que a gente dá mostra que falhamos em algum momento: na educação, na divulgação. Existe uma necessidade de a fiscalização levar o trabalho, levar o que é a fiscalização de postura.

Assim como o pessoal de trânsito faz com a criançada na escola para ensinar como é o trânsito, nós também deveríamos ter pessoal suficiente para fazer esse tipo de trabalho nas escolas, porque se o pessoal já cresce sabendo dos seus deveres para com o outro, a cidade vai ficar bem melhor, mas para isso precisamos de gente.

Nós pedimos à Prefeitura cursos de atualização, e os cursos de atualização que foram feitos foram pelos próprios fiscais de posturas. Não dá para entender o porquê desse descaso. Às vezes, dá. Existe muita política no meio, existe muito uso da fiscalização politicamente, porque isso interessa para determinados Vereadores no seu bairro. Então existe esse descaso, que parece proposital, para que a coisa não funcione mesmo. Mas eu acho que é isso, temos que lutar mesmo para melhorar, e a Cidade precisa de nós.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sr. Claret. É fundamental o que você fala, em especial, dessa taxa.

Antes de passar para o Sr. Odir, tem um vídeo que o Sr. Luciano gostaria de passar, em que o Prefeito fala sobre esse concurso. Será que tem aí?

- Apresentação de audiovisual.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Muito bom. Pronto. É muito bom o papel da imprensa, porque a imprensa cumpre o papel fundamental de cobrar do Poder Público e comprometer quem está com a caneta na mão.

Então, ter essa prova, do Prefeito fazendo esse compromisso, é muito importante. O Prefeito mesmo sabe porque, se para mim que sou da Oposição chegam as Subprefeituras admitindo o que precisam, imagino que S.Exa. também deva ser cobrado internamente.

Então, isso também é graças à luta de vocês. Eu vou estar aqui. Acho que tem gente que quer se inscrever *on-line*. Enquanto isso, vou chamar o Sr. Odir de Oliveira para fazer o uso da palavra.

O SR. ODIR DE OLIVEIRA – Boa noite aos presentes, boa noite aos membros da Mesa. Primeiramente, agradeço e parabenizo pela iniciativa. Eu sou um dos aprovados desse último concurso e eu gostaria de colocar que o chamamento dos fiscais e a fiscalização de postura na cidade são um investimento.

É um investimento na ordem, na segurança e, em última análise, na qualidade de vida para a nossa população. Por outro lado, a manutenção do déficit de fiscais traz impunidade, desordem, falha na fiscalização e até perda de receita para o município.

Ora, o concurso foi realizado. Os aprovados estão prontos, e a necessidade é iminente. Só falta realmente a Prefeitura se sensibilizar para essa situação e, efetivamente, chamar os fiscais aprovados, honrando a sua palavra, conforme vimos em vídeo; e que seja feito esse chamamento para que nós possamos efetivamente prestar um serviço de qualidade para a população.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sr. Odir. A próxima inscrição é *on-line*. Bom, têm alguns que já estão inscritos. Felipe Borges Viana está por aí no *chat*. Felipe, você nos escuta? Pode falar.

O SR. FELIPE BORGES VIANA – Boa noite. Agradeço à Vereadora por todo o apoio que vem dando aos aprovados no concurso. Eu queria voltar em um ponto que se trata da quantidade de fiscais hoje. São pouco menos de 500 fiscais. Sabemos da lei do cargo. E o que acontece? Com pouco menos de 500 fiscais, a Administração Pública...

- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada.

O SR. FELIPE BORGES VIANA - ... a contratação de 690 *tablets* e com pouquíssimos fiscais para atuar, manusear. Então, eu queria saber o que isso caracteriza, a não ser o desperdício de dinheiro público.

Eu também queria falar sobre um contrato celebrado em 2024, que entraria em vigor em janeiro de 2025, que foi para a contratação dos sonômetros. São 50 sonômetros, sendo que na situação do PSIU só existem 31 fiscais. Nesse caso, foram devolvidos 19 aparelhos.

O que aconteceu? A situação foi resolvida com esses 31? Para onde foi o restante dos aparelhos, os sonômetros e os *tablets*? São coisas que nós tentamos entender, mas não conseguimos, porque há uma demanda enorme, mas parece que estão brincando, que não sabem de onde esse dinheiro vem, da importância desse dinheiro e da importância desses aparelhos, no dia a dia, para as pessoas.

Às vezes, as pessoas não conseguem ter um descanso de uma sexta-feira para sábado, que é o dia em que a pessoa vai descansar, e não tem esse descanso. Eu também posso frisar uma situação que foi falada, sobre um inquérito. Se eu não me engano, o número é do inquérito é 0279000242, que tramita no MP-SP, e há mais de 200 pedidos de fiscalização; sendo que no *Reclame Aqui* os dados atuais são 711 pedidos, e nenhum desses foi atendido.

E tem pedido no 156 que, pela morosidade, como foi falado pelo companheiro Alex, é mais fácil falar que está sem vontade de trabalhar, esse tipo de coisa, mas não se fala a verdade, que toda essa morosidade é por falta de fiscais. Como o Luciano falou, não adianta ter várias situações de soluções digitais, câmeras, isso e aquilo, e não ter a sensibilidade do ser humano.

Eu queria saber sobre isso. Foi um desabafo. Eu queria saber a resposta para tanto desperdício, tanto descaso com esse dinheiro público. E para onde foram esses *tablets*? Qual foi o destino final deles?

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Perfeito, Felipe. Obrigada.

Pessoal, eu odeio fazer esse papel, mas, só lembrando a todo mundo que a ideia é que seja de três a quatro minutos de fala para conseguirmos, em tempo hábil, fazer os encaminhamentos e envolver todo mundo nas atividades. O Roberto Barbosa dos Santos Junior está aí? Pode falar.

O SR. ROBERTO BARBOSA DOS SANTOS JUNIOR – Boa noite. Agradeço pela oportunidade de falar sobre mais uma situação que vem acontecendo. Agradeço à senhora por toda a ajuda que vem dando a nós, aprovados, e a todos os colegas presentes, que eu sei que a nossa luta não será em vão.

Mas um caso que muito me deixa intrigado é em relação à Junta Comercial de São Paulo. São Paulo possui mais de 100 milhões de empresas. São mais de 12.000 empresas para cada fiscal. Um detalhe importante, como foi falado pelo Presidente, pelo Alex, é o seguinte: são 12.000 empresas e 492 fiscais ativos na cidade, sendo que cerca de 37 têm cargo de confiança e não estão na rua, efetivamente, fazendo a fiscalização, que são mais de 800 posturas.

Com essa falta de fiscais, o que ocorre? Desincentiva o cumprimento das obrigações com o licenciamento, gera insatisfação do cidadão, que é o mais prejudicado em tudo. É um desrespeito. E é o caso também dos estabelecimentos que infringem a lei, que não agem de forma correta, não são legalizados.

E tem a questão do prazo do 156, como foi falado, que é extenso, que vem para somar com o fiscal na atividade do dia a dia. Mas como vai atender à população com tamanhas solicitações, sendo que não há pessoas, fiscais?

Como foi falado, há mais de 300 aguardando. Eu sou um deles, e o que me vem é a seguinte pergunta: será que vale a pena criar tanta legislação, tantas leis? E quem vai executar? Quem é que vai estar ali, no dia a dia, fazendo essa fiscalização, dando a orientação para os munícipes? Então é um caso que me entristece muito, ver o descaso da Administração em dar prioridade para outras áreas e não para a fiscalização, porque se tivesse o mesmo olhar que tem com as outras, eu acredito que tudo poderia estar diferente.

Eu queria mais é passar essa situação, de tantas outras que foram faladas, que nós sabemos. E são dados que a própria Administração passa.

É isso. Quero só agradecer.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Roberto.

Pessoal, eu vou chamar uma pessoa no presencial, a Aline Gonçalves, para vir falar.

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 21 DE 34

E vou encerrar as inscrições na fala dela, tudo bem?

A SRA. ALINE GONÇALVES – Boa noite.

Eu sou a Aline Gonçalves, uma das candidatas aprovadas e parte deste grupo que aguarda a nomeação. Mas hoje eu quero falar como cidadã.

Eu sou moradora de São Paulo, assim como a maior parte de vocês, e eu gostaria de chamar a atenção para a questão da falta de fiscalização do PSIU.

Atualmente, nós temos em torno de 30 fiscais no PSIU para 1.521 quilômetros de extensão territorial na cidade de São Paulo. Isso dá uma média de um fiscal para 388 mil habitantes, número bastante insuficiente para dar conta de toda essa demanda.

Estamos falando não só de um problema de falta de fiscalização, mas também de um problema de saúde pública, porque sabemos o quanto essa questão do ruído, da poluição sonora, causa prejuízos à saúde da população. E quando a população não consegue descansar, quando há essa questão do ruído, não tem fiscalização suficiente para dar conta dessas demandas. Falta fiscalização em todos os âmbitos, e também no PSIU.

Obrigada pela oportunidade, Vereadora, por sempre estar junto conosco desde o início, e por sempre abrir a porta do seu gabinete. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Eu é que agradeço, Aline. Obrigada.

Antes de passar a palavra, vou verificar se algumas pessoas estão de forma *on-line*.

Elas se inscreveram antes, mas não sei se conseguiram estar conosco.

A Natasha Tatiana da Costa Lopes de Souza está *on-line*? Se estiver, se manifeste no *chat* ou por áudio.

Ivan Costa Ferreira. (Pausa) Não? Ok.

O Mario queria também fazer uma falazinha complementar.

O SR. MARIO ROBERTO FORTUNATO – Eu só queria complementar em relação a algo que foi citado algumas vezes: sobre fiscal não estar na rua.

Eu quero esclarecer algo essencial: muitos fiscais são chefes, coordenadores. E é essencial esse pessoal estar coordenando, dentro, falando.

Infelizmente, nós não temos, hoje, pela lei, fiscal chefe. Nós temos a tradição de muitas vezes sermos designados como chefes, mas nada impede que uma pessoa de outra carreira, que não entende nada de fiscalização, nada de nada, seja designado como chefe. Então é essencial que brigemos para ter uma chefia própria, uma organização de fiscalização mesmo, porque muitas vezes é isso que acontece. E sendo uma pessoa que não entende nada de fiscalização coordenando um serviço essencial, atrapalha, porque ela não consegue dar prosseguimento aos processos, segura, e muitas vezes entra em inquérito. E depois que entra em inquérito, sai correndo, e o subprefeito coloca um fiscal para tomar conta e apagar o incêndio. É uma coisa absurda.

Então, muitas vezes, a pessoa fala que o fiscal tem que estar na rua. Tem. Mas tem que ter chefia própria; tem que ter uma linha de comando e fiscalização, que, muitas vezes, não tem. Infelizmente, temos que brigar também por isso: chefia própria, uma linha de organização, um organograma voltado para a fiscalização.

O pessoal fala: “Não, mas não tem fiscal na rua”. Eu acho que sim. Ocorre que a maioria, hoje, depois de muita briga, conseguiu ser supervisor, chefe. Temos a Copurb, que foi criada em 2021, depois de muita briga – a Claret também pode esclarecer, que começou com ela. E também temos chefes de fiscais – mas não é lei. Infelizmente, não é lei a carreira de fiscal.

Nós temos poder de polícia administrativa e podemos ter um chefe que pode ser um nível superior de qualquer carreira. E não desmerecendo qualquer outra carreira, mas precisa ter alguém que entenda de fiscalização. É tão absurdo eu falar que não tem.

Imaginem, por exemplo, na Polícia Militar, um médico ou alguém que não entende nada de polícia ser chefe da organização. Então eu não sei por que é tão absurdo quando eu falo que fiscal tem que ser chefe de fiscal.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Claro.

O SR. MARIO ROBERTO FORTUNATO – É para organizar o serviço.

Muitas vezes, o pessoal fala que não tem fiscal na rua, que o fiscal está dentro; mas é porque é necessário. É extremamente necessário que o chefe de fiscalização seja fiscal. E isso

tem que ser transformado em lei, algo que infelizmente nós não conseguimos. Há uma barreira imensa para nos dar essa atribuição.

Obrigado, Luana.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Perfeito.

Quando você fala “transformar em lei”, nós já lemos como tarefa.

Eu vou passar a palavra.

Há mais algumas pessoas *on-line*.

Eu quero saber se o Idalmo Cardoso da Costa Filho está presente.

O SR. IDALMO CARDOSO DA COSTA FILHO – Eu estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Está contigo a palavra.

O SR. IDALMO CARDOSO DA COSTA FILHO – Olha, como eu estou na rua, eu vou tentar falar no carro, para não dar intercorrência.

Primeiro eu queria agradecer a todos os colegas – Alex, Aline, Luciano, Shirley – por estarem nos ajudando. Mas faço um agradecimento à Vereadora e à Joyce, sua assessora, que nos ajudou muito, até mesmo promovendo este momento muito positivo para nós.

Eu queria tocar num ponto, fazendo um acréscimo ao que a colega Claret falou.

Ela foi de uma clareza muito grande. Mas eu queria acrescentar que o Prefeito também tem clareza da situação.

O Prefeito aprovou um decreto, uma legislação recente, pela qual a primeira visita a alguns estabelecimentos, especialmente a cultos e a microempresas, não pode gerar autuação ou multa. E nisso ele já prevê algo que deve ser a essência da nossa fiscalização: fiscalização proativa, em que vamos estar junto com a comunidade, seja da subprefeitura ou de um PSIU, para orientarmos as pessoas, para ajudarmos na regularização dessas pessoas, para que elas saibam realmente as posturas em relação as quais elas estão submetidas nas suas atividades. Ele aprovou isso. E, para mim, é bem claro que precisa de pessoas, porque não adianta fazer uma fiscalização, hoje, de orientação, na qual eu não posso atuar, se eu nunca mais vou voltar lá. Eu tenho que fazer essa fiscalização, eu tenho que ir... chegar até lá, sabendo que eu vou

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 25

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 24 DE 34

voltar, para saber se a pessoa entendeu, para saber se a microempresa ou o culto está cumprindo o seu dever. E há uma outra atividade prevista, mas agora eu me esqueci.

Então o Prefeito tem clareza disso. Ele tem clareza de que, para cumprir o seu decreto, precisa de pessoas, e pessoas preparadas, que saibam, pelo menos, onde consultar as 800 posturas – porque o fiscal tem que dominar 800 posturas. E realmente é preciso que sejam pessoas preparadas. E no nosso concurso algo ficou bem claro: das 12 mil pessoas, 600 e alguma coisa passaram. Não conseguiram nem o mínimo que eles queriam aprovar.

Mas finalizo agradecendo à Vereadora e aos demais presentes pela participação.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Idalmo.

Agora me parece que a Natasha Tatiana entrou.

Você está por aí? (Pausa)

Bom, se estiver, pode mandar no *chat*, não tem problema.

Eu vou chamar a última pessoa inscrita de forma presencial: a Shirley Formiga.

A SRA. NATASHA TATIANA DA COSTA LOPES DE SOUZA – Olá.

Está me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Natasha, eu chamei uma pessoa que está no presencial, e você será logo depois. Tudo bem?

A SRA. NATASHA TATIANA DA COSTA LOPES DE SOUZA – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Shirley.

A SRA. SHIRLEY FORMIGA – Meu nome é Shirley Formiga.

Para quem não me conhece, eu sou uma das aprovadas do concurso.

Primeiro, agradeço à Luana pela oportunidade.

Luana, eu estou aqui, hoje, como munícipe.

Hoje, eu moro no bairro Casa Verde. E acho que vocês devem ter acompanhado, um tempo atrás, um problema que nós tivemos de um prédio que caiu. E eu queria chamar a atenção exatamente para a parte de habitação, que é uma das coisas com a qual o fiscal tem relação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 25 DE 34

fls 26

Íntima.

O que vemos muito hoje é a falta da fiscalização empreendimentos novos, que sobem pela cidade sem alvará. Tivemos vários casos noticiados.

Eu queria chamar a atenção também para a questão da HIS – Habitações de Interesse Social. Quem está fiscalizando se realmente essas habitações estão indo para as pessoas de baixa renda? Porque eles recebem incentivo, e é muito importante que a fiscalização na parte da habitação seja mais presente na cidade.

É isso. Eu vou ser breve. Não vou me estender muito.

Novamente, agradeço aos colegas *on-line*.

Esse decreto, sobre o qual o amigo Idalmo acabou de falar, é recente – acho que saiu esta semana. E nós vemos a importância, porque, como ele disse, o fiscal vai ter que fiscalizar duas vezes, porque a primeira é para orientação.

E, conversando com vários colegas, percebemos exatamente que nós não queremos uma fiscalização que seja a da multa. Não pedimos isso ao Prefeito. O que nós queremos é realmente orientar, ordenar a cidade, para termos uma cidade boa para a população. É para isso que a fiscalização está aqui hoje. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Shirley.

É fundamental o que você fala, porque essa questão das fraudes nas políticas habitacionais é um dos grandes problemas na cidade. Inclusive, nesta Câmara, estamos com uma CPI para tratar fraudes em HIS. Então foi preciso criar uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque o volume de fraudes cometidos pelas construtoras está tão alto que foi preciso peitar no início. As construtoras estão com as suas bancas de advogados milionárias enrolando para virem à CPI, mas virão. Virão e precisarão se explicar. Mas tudo isso poderia ser evitado a um custo muito menor.

A palavra está com a Natasha Tatiana da Costa Lopes.

A SRA. NATASHA TATIANA DA COSTA LOPES DE SOUZA – Obrigada, Luana, por me chamar.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 26 DE 34

fls 27

O Ivan Costa é meu marido, e vou falar em nome dele também.

E eu gostaria de agradecer imensamente.

Acabou que eu me inscrevi, mas eu pensei: “Nossa, o Alex, que é um incansável”, e do qual eu sou fã, a Tamiris, que está aí também, são amigos queridos. E todas as pessoas que estão aí, que já falaram, como a Vereadora e todos os demais. E fica até difícil, como o próprio Luciano disse, nós complementarmos, porque vocês falaram exaustivamente sobre a importância, inclusive, da política.

Muito obrigada, Luana, Joyce, sua assessora, por essa luta, por algo que é tão difícil.

Esse é um concurso de 20 anos atrás que foi o primeiro e único. E agora esse nosso. E tudo sempre muito arrastado, muito difícil, com a pressão do Ministério Público para acontecer. Então é algo que acaba esmorecendo as pessoas, com as suas questões também, com as suas famílias para resolver, e com a vontade de estarem aí colaborando.

Eu estou no Rio de Janeiro. O meu marido, que também é um servidor estadual do Rio de Janeiro, já está aposentado. E ele já está prontinho para ir comigo para São Paulo para vivermos esse novo ciclo.

Então eu agradeço imensamente a todos vocês, porque, apesar de todas as dificuldades, vocês são incansáveis em nos ajudar a concretizar, a conseguirmos realmente efetivar essa coisa importante que é estar aí para organizar o Município de São Paulo.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Natasha.

Antes de passarmos a palavra ao nosso último companheiro, que está presente de forma *on-line*, eu pergunto às duas pessoas que se manifestaram no *chat* se gostariam de falar.

É a Luciana e o Marcos Paulo. Podem falar.

Depois, a última pessoa vai ser o Guilherme Ussami.

Ainda está aí, Guilherme?

O SR. GUILHERME HOFF USSAMI – Estou, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Maravilha.

A SRA. LUCIANA – Boa noite, Luana.

Obrigada pela oportunidade e pelo apoio de sempre.

Eu sou a Luciana, advogada de formação, atuação, e venho falar como munícipe.

Eu não vou me estender. Em relação ao que já foi dito pelos colegas, eu assino embaixo. Eu queria apenas deixar claro que a necessidade é de todas as classes.

Temos uma CPI que ainda está acontecendo na Câmara, a dos pancadões, onde o foco, eu acredito, sejam os bairros mais periféricos. Mas, com relação ao barulho, nós vimos acompanhando essas questões no Centro de São Paulo, em que as pessoas não dormem, em que as pessoas convivem com aqueles canhões de luz invadindo os apartamentos, as residências. Temos os bairros tidos como nobres em São Paulo – Vila Madalena, Vila Mariana – onde acontece barulho nos bares, perturbação do silêncio, e as pessoas que habitam essas regiões também não conseguem ter o descanso, a higiene mental. Então é muito fácil aumentar os tributos, é muito fácil impor a um comerciante que pague uma tarifa, como diz o sindicato, e não haver a contrapartida.

Eu, como munícipe, quero saber o que se passa na cabeça do Prefeito e da sua assessoria. Por que não tem a vontade política de fazer uma cidade minimamente mais equilibrada? É a teoria do caos? É deixar a cidade viver um caos, para, daí, vender uma solução? Seria isso? Isso é ineficaz.

Temos memória. Foi mostrado o registro da entrevista do Prefeito em que ele afirma que chamaria todos os aprovados. E há necessidade comprovada. Não é cabide de emprego econômico, não é interesse exclusivo de uma classe, a necessidade está comprovada, a cidade precisa. E eu espero que nós, como munícipes, não esperemos ver o caos na cidade.

Historicamente, sabemos que, onde o Poder Público é omissos, o crime entra. Temos isso nas milícias do Rio de Janeiro. Será que queremos fatiar a cidade de São Paulo? O crime vai começar a tomar conta?

Este é um desabafo de uma munícipe que nasceu no bairro da Pompeia, hoje residente no Tucuruvi. E eu gostaria muito que a atual gestão tivesse mais atuação eficaz, sem

ficar jogando de um para outro, como vemos vários Vereadores fazerem, servindo de palanque de pauta bomba para aparecer. Queremos resultados. Eu, como munícipe, quero resultado. Os meus impostos, os meus tributos, estão sendo recolhidos em dia, e eu quero a contrapartida.

Obrigada. Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Luciana.

Pessoal, eu vou chamar o nosso último companheiro inscrito, Guilherme Ussami, e depois vamos para os encaminhamentos.

O SR. GUILHERME HOFF USSAMI – Boa noite a todos.

Obrigado pela oportunidade da fala.

Eu acho que foi muito bem exposto, durante toda a audiência, a grave situação do quadro incompleto de fiscais, que prejudica toda a cidade, que não consegue uma zeladoria adequada, não consegue ter as demandas da sociedade atendidas, tampouco consegue cumprir os deveres do Poder Executivo perante a sociedade. E um problema muito grave também que eu vejo é que esse déficit permanente de fiscais de posturas gera a exaustão do quadro em exercício.

O quadro de fiscais, há mais de uma década, opera em déficit considerável de profissionais. E é uma função que exige bastante do profissional, que o expõe bastante. Tem uma consequência intrínseca do cargo, que é delicada. Essa sobrecarga agrava ainda mais toda essa situação.

Recompor o quadro, chamando todos os aprovados — o que ainda assim vai gerar um quadro deficitário em relação ao previsto em lei —, é urgente e essencial para que a cidade consiga melhorar o atendimento a toda a sociedade.

É isso.

Muito obrigado pela fala e pelo apoio que vem desde sempre, Sra. Luana. Espero que a gente consiga avançar nessa causa. Muito obrigado e boa noite.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Agradeço. Obrigada, Guilherme.

Pessoal, findadas as inscrições, mais uma vez, gostaria de agradecer a todos da

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 29 DE 34

Mesa e a todos que vieram se manifestar: o pessoal do mandato, o pessoal da Secretaria, da Comissão, que também fica até esta hora.

Antes de colocar minha proposta de encaminhamento, gostaria de dialogar um pouco sobre o que a Luciana falou, porque, muitas vezes, eu também fico em dúvida do porquê que a Prefeitura faz isso, por que isso acontece? Tenho algumas suspeitas, observando o comportamento geral e a maneira como se coloca historicamente.

Sabemos do que a cidade precisa, e o Prefeito sabe do que as Subprefeituras e todos precisam. Na minha opinião, existe um problema político. O Prefeito vem de uma linha, e cada um terá sua opinião política, mas ele pertence de um campo político que não valoriza o servidor público, que vê o servidor público concursado mais como um obstáculo do que como parte da política pública, e prioriza, na verdade, as contratações por outras vias. Prioriza as contratações via terceirizados, via comissionados, que são profissionais, digamos, mais controláveis. Porque os concursados, vocês, que passaram no concurso público e assumem uma função pública, têm um compromisso com o município, não com uma gestão. Vocês precisam cumprir compromissos com a cidade de São Paulo, com o município. Não importa se gostam ou não, vocês têm regras a cumprir. Claro que é preciso ter um nível de flexibilidade, o munícipe não é o inimigo, mas existe uma função pública.

O que estamos vendo nesta Administração é um avanço de formas de contratação mais precárias. A necessidade do trabalho continua existindo e alguém vai ter que fazer esse trabalho.

Quando dei meu depoimento sobre o que aconteceu nesta semana, ontem, foi isso. Essa apreensão foi feita por alguém, mas não com a gente presente. Não é que o trabalho deixe de acontecer. Muitas vezes, o trabalho deixa de acontecer, sim, e a pessoa fica sem atendimento.

Inclusive, quando você vai retirando o concursado, você dá para a Administração a possibilidade terrível de escolher o que ela vai priorizar ou não. O fiscal vai atrás dos chamados, conforme a prioridade do interesse público. À medida que não se contrata, você vai permitindo priorizar o que é mais interessante para a gestão da ocasião e não para uma lei que deveria ser

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 30 DE 34

fls 31

cumprida por todas as gestões.

Essa é a minha impressão, infelizmente, do que estamos passando. Mas, apesar disso, as contratações seguem acontecendo, mesmo de concursados, via pressão pública, pressão social, Ministério Público, TCM. É preciso cumprir a lei que está lá. Essas são coisas fundamentais.

Bom, vou partir para as propostas de encaminhamento. Se vocês tiverem outras sugestões, por favor.

Primeiramente, por mais que eu entenda que precisemos manter a pressão até fevereiro, e considero urgente que haja uma nova chamada, nós vamos protocolar um projeto de lei pedindo uma prorrogação. Compreendendo que o ideal seria não precisar, mas vamos pedir mais uma prorrogação para além de fevereiro. Isso vai demandar também um trabalho coletivo de todos. Como expliquei a vocês, a Câmara funciona por maioria e minoria, então um projeto de lei precisa sempre ter o voto da maioria. Vou protocolar este projeto ainda nesta sexta-feira da próxima semana. É um projeto simples. Já fizemos outros projetos de prorrogação do concurso para um determinado prazo. A prorrogação costuma ser de um ano. É algo que conseguimos fazer, mas vou precisar de votos entre os meus colegas e, aí, entram vocês.

Então, é muito importante que a gente consiga mandar mensagens em redes sociais, pedindo apoio para quem vocês votaram ou a algum parente que votou em outro Vereador que apoie este projeto, que não é uma questão ideológica, mas para o bem da cidade. Isso é muito fundamental. Essa é a primeira coisa que gostaria de pedir a vocês. É algo que vamos fazer. Demanda uma atuação coletiva, com diferentes papéis para nós.

Tenho outra proposta: a Joyce é a pessoa que me mandou propostas no celular, sobre a questão do Tribunal de Contas do Município.

Essa questão da tributação específica sobre comércios... Olha, isso é escandaloso. O que nós vamos fazer em nosso mandato? Nós vamos questionar para onde está indo esse recurso. Isso é algo superpossível. Um requerimento de informação nós fazemos tranquilamente.

Eu não posso nem devo tomar nenhuma ação que vá contra a arrecadação do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 31 DE 34

fls 32

município. Então, não vou mexer nesse sentido, mas, se eu fosse a Associação Comercial de São Paulo, eu iria à Justiça, entendeu? Porque se está fazendo uma cobrança que é por um serviço, digamos... Então, se eu fosse eles, eu faria isso. Eu não vou fazer porque não vou, institucionalmente, atuar contra a arrecadação municipal, mas, se eu fosse eles, eu faria.

Também uma coisa que eu gostaria de pedir, que acho importante, é que nós vamos solicitar mais uma reunião com a Dra. Karyna Mori que, como lembrou o Luciano, deu um prazo para a Prefeitura, que ignorou. A Prefeitura ignorou uma Promotora Pública, algo que, infelizmente, está se tornando rotina. Nós vamos fazer mais uma reunião com ela para falar, especificamente, da questão de habitação, aproveitando que é um debate no qual a Câmara está bastante ativa, justamente por conta da CPI, porque o volume de fraudes é de se considerar. É por isso que vamos pedir essa nova reunião, essa nova conversa, especificamente, sobre esse tema e sobre o papel do Agente Fiscal de Postura. Isso é muito importante.

A última coisa, como foi dito aqui, é este projeto para ajustar na carreira a questão do cargo de chefia. Isso também é algo que vai demandar um trabalho coletivo para que todos os outros Vereadores também compreendam a importância do projeto, que também é bom para a cidade. Então, esta é outra. Uma quarta proposta, que vamos apresentar, é para que a chefia seja também exercida por alguém de carreira. É claro que a Prefeitura pode questionar, mas nós vamos levar o debate para ser feito dentro do Poder Legislativo. É isso que nós vamos fazer.

Existem exemplos terríveis. Teve o exemplo da GCM; há um problema histórico na cidade, porque, às vezes, gestões colocam Policiais Militares para comandar a GCM e sempre dá problema. Os GCMs ficam, compreensivelmente, indignados, porque são corporações e carreiras completamente diferentes. Mas, infelizmente, não é incomum esse tipo de situação, de colocar alguém que não veio daquele lugar para chefiar. Entra tudo o que vocês podem imaginar: indicação, comissionado, enfim, tudo o que acontece. Alguém, depois, vai ter que limpar a bagunça. Só que, à medida em que eles não os chamam, a Prefeitura se expõe quando não chama vocês, pois se expõe ao perigo institucional, porque, da maneira como está colocada, a Prefeitura também responde.

Então, são essas quatro propostas, se vocês não tiverem nenhuma outra. Nós vamos encaminhar e seguir em contato com todos vocês e pedir a ajuda de todos, principalmente no que envolve o projeto de lei. A reunião com a Promotora Karyna é mais tranquilo. Também a questão do requerimento de informação sobre para onde está indo o valor dessa taxa paga pelos comércios. Agora, para os dois projetos de lei, tanto o da prorrogação quanto o do ajuste na carreira para cargos de chefia, nós vamos precisar muito do apoio de vocês.

Repito, gente, eu sei que a tendência é o desânimo, mas é fundamental que todos se mantenham unificados e articulados. Se virem que um colega está desanimando, vão lá e o chamem no individual. Mandem uma mensagem, perguntem, para dar essa força coletiva. Isso é muito importante.

Vocês têm mais alguma sugestão?

O SR. ALEXANDRE SOARES DA SILVA DOMINGOS - Então, Vereadora, de acordo com a Secretaria do Trabalho, São Paulo tem em torno de 1,6 milhão de empresas. De acordo com a Junta Comercial, há mais de seis milhões de empresas.

Então, verificamos que, de acordo com a Junta Comercial, mais de 4 milhões de empresas não estão cadastradas na cidade. Isso passa pelo Fiscal de Postura. Se houvesse mais fiscais, essas empresas, certamente, estariam cadastradas, porque o fiscal iria exigir o cadastro na Prefeitura, mesmo para o MEI. Então, esse cadastro não está acontecendo. Poderia ser feito um encaminhamento para saber por que há essa disparidade. A Prefeitura entende que há 1,6 milhão de empresas, e a Junta Comercial entende que há mais de 6 milhões.

Também poderia haver outro requerimento para saber o que está sendo feito. Nós já sabemos, todas as Subprefeituras já se manifestaram, que há falta de fiscais. Então, o que a Subprefeitura vai fazer ou está fazendo para repor essa falta de fiscais que não atende com eficiência a sua Subprefeitura?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Perfeito. Alex, você tem alguma sugestão?
Está ótimo.

Então, além dessas quatro propostas, há duas que o Alex mencionou. Fazer um requerimento de informação para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Eu acredito, como você mesmo já ensinou, que, provavelmente, eles estão contando o MEI de forma diferente, mas, ainda assim, o fiscal tem que atuar. Não está atuando porque não há fiscal.

Então, isso é algo que faremos por meio de requerimentos de informação, e trocaremos com você para que também possa checar o texto, se quiser nos ajudar na elaboração dele, e sobre o que as Subprefeituras estão fazendo. Podemos reiterar no requerimento de informação que já fizemos, nos quais as Subprefeituras responderam sobre a quantidade.

Inclusive, fiquei muito feliz, porque estava achando que elas iam enrolar. Estava achando que as Subprefeituras talvez não fossem responder exatamente o número do que precisam, mas acho que a situação está tão desesperadora que elas responderam para expor a situação.

Como existe essa disposição das Subprefeituras, vamos reiterar, nesse mesmo requerimento antigo que você já acessou, a pergunta sobre como elas estão atuando para resolver isso. Imagino que elas vão responder que estão aguardando o Prefeito, mas é bom para expor a necessidade, para que elas também pressionem mais o Prefeito.

Sabemos que a relação entre a Prefeitura e as Subprefeituras têm várias camadas, para dizer o mínimo. Existe uma camada oficial, dos ofícios que vemos, e existem outras camadas dessa relação política que não vemos. Enfim, eu espero que haja essa pressão das Subprefeituras sobre a gestão, sobre a Casa Civil, sobre o gabinete central do Prefeito. São 32 Subprefeituras, cada uma é um universo diferente. É preciso que todas pressionem o gabinete, senão é algo em que não vamos conseguir avançar.

Então, companheiros, acho que é isso.

Repito: sobre os encaminhamentos tirados – claro que o mandato está atuando, e nós vamos nos empenhar, mas precisamos muito do apoio de vocês, de todo mundo que veio, que não pôde vir, que está de forma *on-line*.

Agradeço muito, mais uma vez, a presença de todos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21426 DATA: 10/10/2025 FL: 34 DE 34

fls 35

Alguém mais quer falar alguma coisa?

O SR. ALEXANDRE SOARES DA SILVA DOMINGOS - Gostaria de agradecer. Foi protocolado um pedido de TAC, Termo de Ajustamento de Conduta, com a Administração, em que participaram os gabinetes das Vereadoras Renata Falzoni e Luana Alves, e dos Vereadores Nabil Bonduki e Dheison Silva. Então, eu queria agradecer aos Vereadores que assinaram esse pedido que foi protocolado no Ministério Público e já está nas mãos da Dra. Karyna. É isso. Agradecer a todos os Vereadores que participaram, direta ou indiretamente, dessa nossa luta por uma fiscalização mais efetiva na cidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Alex. Inclusive, para a reunião com a Dra. Karyna, vou chamar esses Colegas para podermos ter um espaço mais amplo. Acho que é importante. Esse contato com os outros Parlamentares é muito importante, principalmente, com vocês que são mais próximos da Base do Prefeito, porque também são os que podem pressionar mais. Isso é muito importante. Vamos seguir em frente.

Antes de finalizar, gostaria de agradecer muito ao Gabriel Martins e à Melissa de Almeida, que estão durante a audiência inteira fazendo a tradução em Libras, que é um direito que conseguimos, que a Câmara Municipal de São Paulo providencia. Obrigada, Gabriel. E obrigada, Melissa.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Seguimos na luta.

Obrigada, gente.